

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 22/10/2019	Caderno: Economia



Não há acordo para adiar reforma tributária, diz relator de proposta na Câmara

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), informou que não há acordo para deixar as mudanças no sistema tributário para o ano que vem; mais cedo, líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), afirmou que a reforma tributária ficará para 2020.

Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo

22 de outubro de 2019 | 14h16

BRASÍLIA - O relator da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45** de **reforma tributária**, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**, informou que não há acordo para deixar as mudanças no sistema tributário para o ano que vem.

Ao **Estado**, o relator disse que vai continuar tocando os trabalhos para fazer o seu parecer. Nesta terça-feira, 22, tem reuniões técnicas com representantes da **Confederação Nacional dos Municípios (CNM)**.

Mais cedo, o líder do governo no **Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE)**, afirmou que a reforma tributária ficará para 2020.

"Não tem acordo (para adiar). Estamos tocando. Não tem mudança. O acordo que tem com o Senado é buscar uma solução política que atenda ao País", disse ele, destacando que o presidente do Senado, **Davi Alcolumbre (DEM-AM)**, vai criar uma comissão mista entre Senado e **Câmara** para buscar uma convergência de propostas.

"É matéria muito complexa não dá para esperar boa vontade", afirmou o relator da PEC 45, de autoria do líder do **MDB**, deputado **Baleia Rossi (SP)**. Para o relator, seria um grande equívoco para o País adiar a reforma tributária. "Quem tem compromisso para o País vai querer aprovar rapidamente", disse.

A proposta da Câmara acaba com três tributos federais - **IPI, PIS e Cofins** - e também com o **ICMS (estadual)** e o **ISS (municipal)**, que incidem sobre o consumo. Cria no lugar Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), de competência de municípios, Estados e União, além de um outro imposto, sobre bens e serviços específicos, esse de competência apenas federal.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 22/10/2019	Caderno: Economia



Bolsonaro diz que próxima agenda será reforma que mexe em regras de servidores públicos

Para o presidente, a reforma administrativa tem mais chances de avançar do que a reforma tributária

Julia Lindner, enviada especial a Tóquio, O Estado de S. Paulo

22 de outubro de 2019 | 22h11

TÓQUIO - Passada a [reforma da Previdência](#), o presidente [Jair Bolsonaro](#) considera que o próximo passo deverá ser a reforma administrativa, proposta para reformular o "RH do Estado", com redução no número de carreiras e também do salário de ingresso de servidores públicos. Para Bolsonaro, a reforma administrativa tem mais chances de avançar do que a reforma tributária, que ficaria para depois. Ele ponderou, no entanto, que a decisão também depende da vontade do Parlamento.

"Temos dois destaques (da reforma da Previdência) que ficaram para amanhã. E aí (vem) a tributária ou administrativa, a que for mais fácil de passar. As duas são importantes. A tributária sempre é complicada, há muito tempo se tenta e não se consegue. Acredito, não depende apenas de mim, que a administrativa seja de tramitação menos difícil", avaliou Bolsonaro na saída do café da manhã de quarta-feira, no Hotel Imperial, onde está hospedado em Tóquio.

Na terça-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que pode aproveitar textos que já estão em tramitação na Casa para acelerar a reforma administrativa pretendida pelo governo Jair Bolsonaro. A estratégia, porém, ainda depende do aval de lideranças e também da equipe econômica.

[No Japão, Bolsonaro contou a jornalistas que foi informado "em tempo real" sobre a votação do texto-base da reforma previdenciária no Senado.](#) Ele fez um agradecimento ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pelo resultado de 60 votos a 19, superior ao primeiro turno. "Foi um placar bastante largo", comemorou o presidente. Possíveis alterações ao texto ainda serão apreciadas amanhã.

"A bolsa de valores Bovespa bateu recorde (com possível aprovação da reforma da Previdência), é uma sinalização positiva, mas não podemos parar por aí. Vamos dar uma descansadinha, tomar fôlego e partir para outra reforma, tributária ou administrativa, as duas são importantes", declarou o presidente.

Sobre a apreciação dos destaques (sugestões de mudanças), nesta quarta, Bolsonaro diz que não há grandes riscos envolvidos, mas que, se aprovados, eles podem reduzir a economia prevista de R\$ 800,4 bilhões. Juntos, os dois destaques podem reduzir a economia em R\$ 76,5 bilhões.

Mais cedo, Bolsonaro ironizou as críticas de que o governo enfrenta problemas na articulação política e deu uma alfinetada no agora ex-líder do PSL na Câmara, Delegado Waldir (GO). "Eu não articulei nada, não sei articular. Quem articulou foi o delegado Waldir", disse, rindo.

No Twitter, o presidente declarou que a aprovação "abre caminho para o país decolar de vez". "Nova previdência APROVADA em segundo turno no Senado. Restam 4 destaques a serem analisados. Parabéns povo brasileiro! Essa vitória, que abre o caminho para nosso país decolar de vez, é de todos vocês! O Brasil é nosso! GRANDE DIA!", escreveu na rede social.

mercado nova previdência



1 Após aprovada a reforma, os holofotes ficaram sobre Paulo Guedes, que fez poses com 2 Flávio Bolsonaro e 3 Soraya Thronicke e felicitou 4 Tasso Jeiressati, e sobre Davi Alcolumbre, que,

Governo agora mira controle de contas públicas

Plano, na esteira da agenda reformista, é apresentar um pacote de medidas ao Congresso na próxima semana

Thiago Resende e
Julio Wiziack

BRASÍLIA Na esteira da agenda reformista, o governo federal planeja apresentar ao Congresso na próxima semana um pacote de medidas para elevar o controle das contas públicas, desvincular o Orçamento e ampliar os repasses a estados e municípios. A reforma tributária, por outro lado, ficou para 2020.

O amplo pacto federativo é o próximo passo do ministro da Economia, Paulo Guedes, após a provável conclusão da aprovação da reforma da Previdência no Congresso Nacional nesta semana.

O plano deve ser dividido em três PECs (Proposta de Emenda à Constituição), que precisam de apoio de 65% da Câmara e do Senado em duas votações em cada casa. A ideia é que os três projetos tramitem juntos e começando pelo Senado, informou, nesta terça-feira (22), o líder do governo na Casa, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

A primeira proposta trata da chamada regra de ouro. Com o agravamento da crise fiscal, o governo federal tem recorrido a emissão de títulos públicos para poder pagar despesas correntes, como o caso das aposentadorias.

A Constituição veda essa prática, mas o Congresso pode autorizar o Executivo a descumprir a regra de ouro. O governo, contudo, pretende acabar com isso e resolver esse problema de vez, fazendo um ajuste fiscal.

Além disso, o objetivo da equipe econômica é que, antes de recorrerem ao regime de recuperação fiscal, os estados e os municípios tenham que adotar medidas para ajustar os gastos, especialmente com servidores e com aposentadorias.

São os chamados gatilhos, a serem acionados antes que uma ente da federação quebre. Na Câmara, já existe um projeto semelhante. Bezerra Coelho quer que o Senado aprove o pacto até o fim do ano. Assim, a PEC poderia ser enviada à Câmara e anexada ao texto em análise pelos deputados.

A segunda PEC, de acordo com o líder do governo, visa criar o Conselho Fiscal da República, que seria formado pelos presidentes da República, da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal. Assim, os três Poderes se reuniriam periodicamente e discutiriam a situação das contas públicas.

Um exemplo citado por Guedes é que muitos estados, diante das dificuldades fiscais, recorrem ao Supremo, que acaba julgando processos a favor desses entes, mas causando um rombo à União.

O governo quer ainda um sistema de monitoramento das contas estaduais e municipais. O TCU (Tribunal de Contas da União), dessa maneira, poderá supervisionar o trabalho dos TCEs (Tribunais de Contas dos Estados). Essa segunda PEC é a mais densa de todas e cria a cul-

ta da responsabilidade fiscal", afirmou Bezerra Coelho.

A proposta deve prever também uma ampla desvinculação do Orçamento. A ideia do ministro da Economia é dar mais poder ao Congresso na escolha de quais gastos públicos devem ser priorizados na hora de formular o Orçamento da União.

Essa PEC poderá incluir medidas que ampliam os repasses de recursos da União para estados e municípios.

A terceira proposta tem como foco uma ampla revisão nos fundos constitucionais e infraconstitucionais. Guedes estuda extinguir 263 fundos públicos que hoje têm um estoque de aproximadamente R\$ 200 bilhões.

Por ano, esses fundos recebem, em média, R\$ 20 bilhões de dinheiro novo para cobrir suas despesas.

Dentre eles, estão o Fupen (Fundo Penitenciário Nacional), o FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil) e o Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações).

Um levantamento recente da equipe econômica revelou que metade dos fundos públicos federais executam menos de 50% de sua previsão orçamentária para o ano. Cerca de 20% consegue destinar 10% do previsto. Somente oito fundos, todos ligados ao Ministério da Defesa, executam mais de 90%.

Por essa razão, o governo federal prefere acabar com os fundos e destinar recursos diretamente ao Orçamento para os programas que hoje esses fundos abastecem.

Ainda não se sabe se fundos constitucionais para o desenvolvimento regional (FCO, FNC e FNE) e os fundos de incentivos fiscais (Finor e Finam) serão poupados.

De acordo com o senador, entretanto, hoje não há clima no Congresso para a extinção de fundos constitucionais.

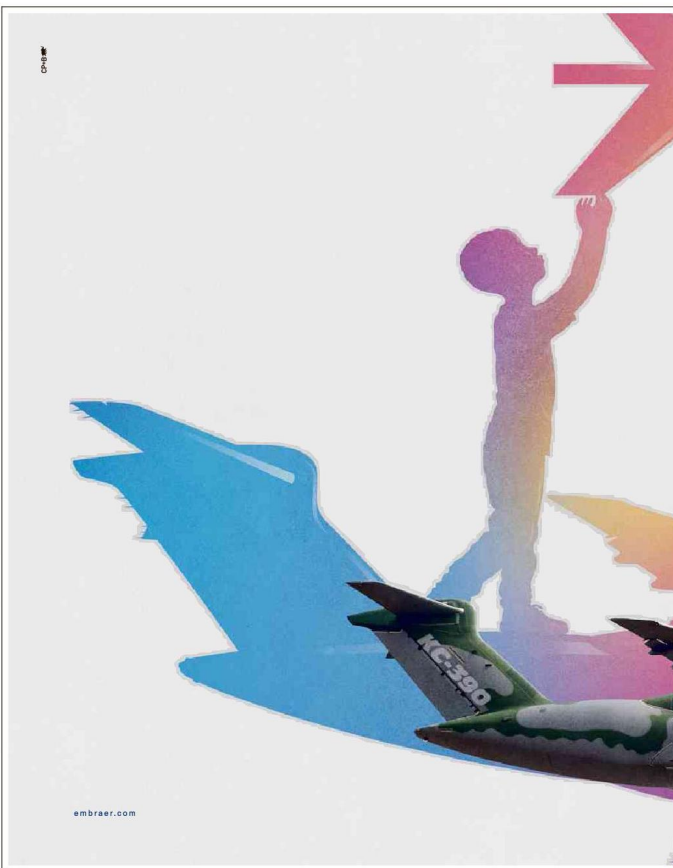
As três PECs devem ser entregues por Guedes na próxima terça (29) aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RI), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Além do pacto federativo, o governo de Jair Bolsonaro estuda propor uma ampla revisão no funcionalismo público.

Chamado de reforma administrativa, o projeto deve ser apresentado ao Congresso no começo de novembro, quando começará a ser analisado pela Câmara.

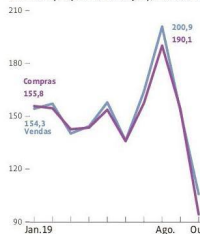
Com a agenda econômica cheia, a reforma tributária ficou para o próximo ano, declarou Bezerra Coelho. Está sendo preparada a criação de uma comissão com deputados e senadores para que, em discussão com o governo, resulte em um projeto com amplo apoio no Congresso Nacional. Isso deve levar de 90 a 120 dias.

Atualmente a Câmara debate uma proposta de reestruturação do sistema tributário. Enquanto isso, o Senado analisa outra, e o governo federal ainda trabalha num projeto próprio.



Em julho, agosto e outubro deste ano, houve grande saída de investidores estrangeiros*

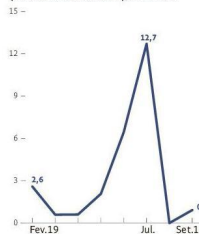
Participação dos estrangeiros no mercado secundário (compra e venda de ações), em milhares



*Movimentação de investidores estrangeiros na B3, em milhões de reais até 18.out.

Estrangeiros tendem a preferir investimentos em IPOs e follow-ons, pois veem maior potencial de ganho**

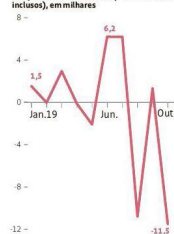
Participação dos estrangeiros no mercado primário (entrada em IPOs e follow-ons), em milhares



**IPOs e follow-ons de outubro ainda não foram computados

A saída de estrangeiros da Bolsa neste ano é a pior desde 2008, ano da crise econômica

Saldo de participação de estrangeiros em compras e vendas na Bolsa (IPO e follow-on incluído), em milhares



mercado nova previdência

Regras de transição

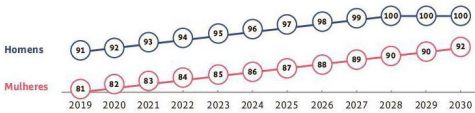
A Regra de transição de pontos (soma do tempo de contribuição com a idade) - RGPS (setor privado)

Começa com o valor 96/86 (homens/mulheres) em 2019. Para mulheres, sobe um ponto por ano até 2033, quando chega a 100 pontos. Para homens, sobe 1 ponto por ano até os 105 pontos. Aplica-se a nova regra de cálculo do benefício

O tempo mínimo de contribuição é o atual: **35** (homens) **30** (mulheres)



Exceção: Professores terão redução de cinco pontos: a soma do tempo de contribuição com a idade se inicia, em 2019, com 81 para mulheres e 91 para homens, desde que comprovem, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. Os pontos sobem até atingir 92 pontos, para professoras, e 100 pontos, para professores



B Regra de transição da idade mínima - RGPS

É preciso atingir o mínimo de contribuição de 35/30 (homem/mulher). A idade mínima começa em 61/56 (H/M) e sobe 0,5 ano a partir de 2020 até os 65/62 (H/M). Aplica-se a nova regra de cálculo do benefício

O tempo mínimo de contribuição é o atual: **35** (homens) **30** (mulheres)



Exceção: Professores terão redução de cinco anos na idade, desde que comprovem, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. As idades sobem até 60 anos, para homens e 57 para mulheres

C Regra para quem está a dois anos de se aposentar - RGPS

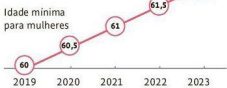
Quem está a dois anos de cumprir o tempo de contribuição mínimo para aposentadoria (35/30) poderá optar pela aposentadoria sem idade mínima, aplicando-se o Fator Previdenciário, após cumprir pedágio de 50% sobre o tempo faltante

Por exemplo: quem está há um ano de se aposentar terá que contribuir este ano mais seis meses

D Regra de transição da aposentadoria por idade - RGPS

Homens e mulheres precisam atingir 15 anos de contribuição

Homens precisam ter 65 anos. Idade mínima para mulheres começa aos 60 anos e sobe seis meses por ano até chegar a 62 anos

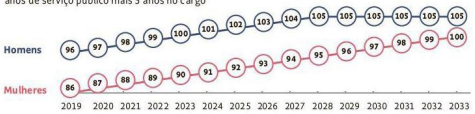


E Regras de transição dos servidores federais - RPPS (setor público)

Precisam cumprir duas condições, a primeira: regra de pontos (soma de idade mais tempo de contribuição) semelhante à do setor privado. A segunda: para homens, idade mínima de 61 anos em 2019 até 2021 e 62 anos a partir de 1º jan.2022, mais 35 anos de contribuição. Para mulheres, idade mínima de 56 anos em 2019 até 2021 e 57 anos a partir de 1º jan.2022, mais 30 anos de contribuição. Para ambos, exigência de 20 anos de serviço público mais 5 anos no cargo

Idade mínima
Homens: **61** em 2019, **62** em 2022
Mulheres: **56** em 2019, **57** em 2022

Tempo de contribuição
Homens: **35** anos
Mulheres: **30** anos



A regra de cálculo será de integralidade e paridade para quem entrou no serviço público até 31.dez.2003, respeitados os 65 anos (homem), 62 (mulher) - a não ser que cumpra a regra abaixo - e 60 (professores). Para quem ingressou a partir de 2004, mesma regra do RGPS

F Regra do pedágio com idade mínima (RGPS e servidores federais)

Pedágio (período extra) de 100% do tempo que falta para alcançar o tempo de contribuição 35/30 (H/M). É preciso também completar a idade mínima:

60 anos (homens) **57 anos** (mulheres)

Apesar de algumas perdas, temos muito o que comemorar

Se não resolve o problema, a reforma da Previdência dá alívio e permite que a agenda de modernização avance

OPINIÃO

Paulo Tafner
Economista e pesquisador da Fipe/USP, autor de 'Reforma da Previdência: a Visita da Velha Senhora' (2019)

Data histórica. Finalmente a reforma da Previdência foi aprovada. Entre a proposta original e a que foi aprovada, diversas mudanças ocorreram e perderam-se 30% da potência fiscal original. Apesar disso, temos muito a comemorar. Foi uma vitória do bom senso do Congresso, da obstinação da equipe liderada pelo competente Rogério Marinho e da liderança inquestionável do presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

A história pela busca do bom senso é longa no país. Nos anos 1980, Francisco Barreto e Kazuo Beltrão já alertavam que o nosso sistema de Previdência iria entrar em colapso. Em 1990, o governo Collor apresentou uma proposta de mudança, mas foi imediatamente arquivada e esquecida.

Com a edição da EC (Emenda Constitucional) nº 3/93, estabeleceu-se a necessidade de contribuição dos servidores civis para custeio de suas aposentadorias e pensões. Cinco anos mais tarde, a EC nº 20/98 mudou muitas coisas no sistema previdenciário. Era extensa, tratava de vários temas e propunha o fim da aposentadoria por tempo de contribuição. Houve muito avanço, mas a fixação de idade mínima não foi aprovada por só um voto. Outros cinco anos se passa-

ram e, em 2003 foi aprovada a EC nº 41/03, que aprimorava regras para os servidores públicos, estabelecia a previsão de previdência complementar para servidores, fixava alíquota mínima para os regimes próprios e determinava a obrigatoriedade de equacionamento do passivo previdenciário.

Caminhamos devagar, mas fomos reduzindo a enorme desigualdade de nosso sistema previdenciário.

Todavia faltava muito a ser corrigido. Afinal, como aceitar que alguns trabalhadores pudessem acumular três, quatro ou mesmo seis benefícios? Como aceitar que alguns servidores públicos recebessem transferência líquida da sociedade de valores superiores a R\$ 5 milhões ou R\$ 6 milhões? Como aceitar que o valor da pensão fosse o mesmo para viúvas (os) que tivessem vários filhos menores e viúvas (os) que não tivessem filho algum?

Até mesmo Dilma Rousseff, após negar o óbvio por tanto tempo, se convenceu de que era necessário reformar a Previdência. Saiu antes de propor qualquer coisa.

O governo de Michel Temer apresentou, em fins de 2016, proposta ambiciosa de reforma. Tinha virtudes e alguns poucos, mas graves, defeitos. O desfecho todos sabemos.

Assim, depois de 16 anos desde a reforma de 2003, em fevereiro de 2019, o atual go-

verno apresentou a proposta de reforma, conhecida como PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 006/2019. Era abrangente e trazia coisas já apresentadas na PEC de Temer e muitas outras novidades e modernizações.

Durante sua tramitação, coisas preciosas ficaram de fora: estados e municípios, desconstitucionalização de regras operacionais, a possibilidade de um sistema capitalizado, o galitão demográfico, a mudança no abonosalarial, entre outros itens.

Se o futuro foi relegado, houve, por outro lado, importantes vitórias.

Aprovar o fim da aposentadoria por tempo de contribuição e fixar idades mínimas são enorme avanço. Igualmente, o estabelecimento de alíquotas progressivas que, por vias tortas, corrigem, pelo menos parcialmente, a enorme transferência de renda para grupos abastados é uma vitória excepcional.

O impacto fiscal ficou em algo próximo de R\$ 800 bilhões de economia em dez anos. Se não resolve o problema — e não resolve — dá algum alívio e permite que a agenda de modernização avance, como a questão tributária, o grave desequilíbrio fiscal de estados e municípios, a baixa produtividade da economia e a enorme desigualdade de renda e de oportunidades, entre outros.

Agora é a hora de arregarçar as mangas para agendas positivas e de retomada do crescimento econômico sustentável.

Pensão por morte

60% do valor do benefício + 10% por dependente extra (limitado a 100% do benefício)

Pensão não pode ser abaixo do salário mínimo em qualquer caso

Limitação de acúmulo do benefício

O valor final é resultado da fatia correspondente a cada faixa



No regime da iniciativa privada, mais de 80% dos pensionistas recebem menos que dois salários mínimos

Pensões por morte terão restrição, mas salário mínimo ficou garantido

SÃO PAULO As novas regras para pensões por morte são um dos pontos mais polêmicos da reforma da Previdência. Assim que o texto for promulgado, o pagamento para o principal beneficiário será de 60% do valor original da aposentadoria do INSS, mais 10% por dependente adicional, limitado a 100% do valor do benefício. A reforma não atinge os atuais pensionistas.

A viúva com dois filhos, por exemplo, receberá 80% do que era pago a quem morreu. Ficou garantido que a pensão não ficará abaixo do salário mínimo (R\$ 998). O texto aprovado na Câmara dava margem para pagamentos abaixo do piso.

A reforma também limita o acúmulo de pensão e apo-

sentadoria. Serão pagos 100% do benefício de maior valor, mais a soma dos demais aplicada a limitação de 80% na faixa até 1 salário mínimo; 60% acima de 1 até 2,40% acima de 2 até 3; 20% acima de 3 até 4; e 10% na faixa acima de 4 mínimos.

As pensões por morte previdenciárias representam um quarto dos benefícios do regime geral, e as mudanças devem responder por mais de 10% da economia esperada com a reforma.

As mudanças atingem, principalmente, mulheres. Viúvas, ex-cônjuges, filhas, irmãs e mães representam 83% dos que recebem pensão por morte do INSS, segundo o Anuário Estatístico da Previdência. Entre as pensionis-

tas, 71% tem 60 anos ou mais. No regime dos servidores da União, 90% são mulheres.

Foram mantidas regras diferenciadas para servidores públicos. Não se alterou a norma sobre pensões de servidores estaduais e municipais. Além disso, há benefícios para funcionários federais.

Embora mantenha a mesma regra do INSS que permite receber menos de 100% do benefício original, o texto da reforma excluiu o desconto de 30% da parcela que excede o teto do INSS (R\$ 5.839,45) para o servidor.

No setor público federal, o valor médio do benefício é de R\$ 5.195 no Poder Executivo e chega a uma média de R\$ 21.167 no Legislativo. No regime geral, é de R\$ 1.687.

BPC

Mantida a regra atual de um salário mínimo mensal

Pago às:

- Pessoas com 65 ou mais
- Pessoas portadoras de deficiência incapacitadas para a vida independente e para o trabalho

Benefício por incapacidade

Mesmo cálculo aplicado aos demais benefícios.

60% da média de todos os salários

O valor só ficará maior do que essa cota mínima se ele tiver mais de 20 anos de contribuição

Acréscimo e benefício total:

10% é o adicional para acidente/doença não relacionada ao trabalho

100% do benefício é pago para casos de acidentes de trabalho, doenças profissionais ou neurodegenerativa

Aposentadoria especial parlamentar

Para ter direito à aposentadoria especial, quem aderiu ao regime voltado a parlamentares terá de completar:

Homens

65 anos

Mulheres

62 anos

E trabalhar 30% a mais do que o tempo restante para completar o período mínimo de contribuição

Tempo especial

Para o trabalhador exerce atividade com risco à saúde

O cálculo será o mesmo das regras gerais:

Reforma prevê idades mínimas de 55/58/60 anos de acordo com a ocupação e tempos de contribuição de 15/20/25 anos, respectivamente, mas um destaque que ainda será votado pode mudar isso

Abono salarial

Ficam mantidas as regras atuais. Será pago ao trabalhador com carteira assinada e que recebe até dois salários mínimos (R\$ 1.996)

Servidores de estados e municípios

Mantidas as regras atuais para cada categoria, inclusive professores e policiais

Saiba como fica o desconto do INSS no salário após a reforma

Para alguns trabalhadores o valor vai cair, mas outros terão que pagar R\$ 40 a mais para a Previdência

SÃO PAULO A reforma da Previdência, aprovada nesta terça-feira (22), muda também o valor das contribuições previdenciárias pagas pelos trabalhadores ao INSS. As mudanças na contribuição deverão entrar em vigor em quatro meses, no salário de fevereiro, que é pago em março. Sua promulgação ocorreu em novembro, as mudanças valerão para o mês seguinte.

A nova fórmula de contribuição vai reduzir em quase R\$ 45 o valor que alguns trabalhadores pagam à Previdência —é o caso dos que ganham R\$ 3.000. Por outro lado, quem ganha R\$ 5.839,45 (o teto do INSS) ou tem um salário superior a isso terá que pagar R\$ 40,21 a mais.

As alterações são em comparação à tabela atual de contribuição.

Como o salário mínimo, o teto da Previdência e as faixas de contribuição são reajustados todo início de ano, esses valores deverão mudar, para cima, quando a tabela entrar em vigor.

Hoje, há três faixas de contribuição. Quem ganha até R\$ 1.751,81 contribui com 8% do salário para o INSS —ou seja, até R\$ 140,14. Os que recebem de R\$ 1.751,82 a R\$ 2.919,72 contribuem com 9% (R\$ 262,77 no máximo). Quem ganha mais do que isso contribui com 11%, mas a incidência da alíquota é limitada ao teto previdenciário. Mesmo que o trabalhador tenha um salário superior a R\$ 5.839,45, paga 11% apenas sobre esse valor, que hoje equivale a R\$ 642,34.

Empresas contribuem com 20% da folha de pagamento.

A reforma da Previdência cria uma nova tabela de contribuição para o trabalhador.

Quem ganha um salário mínimo contribuirá com 7,5%. A partir do piso, o até R\$ 2.000, a contribuição será de 7,5% a 8,25%. Na faixa seguinte, de R\$ 2.001 a R\$ 3.000, a incidência será de 8,25% a 9,5%, e a seguinte —de R\$ 3.001 até o teto—, de 9,5% a 11,69%.

Com a nova faixa, praticamente todas as contribuições dos trabalhadores serão alteradas. Alguns terão uma diferença de centavos, enquanto para outros a diferença ultrapassa os R\$ 40.

Regra anterior

As pessoas que completarem os requisitos para a aposentadoria pelas regras vigentes antes da promulgação da reforma possuem o chamado direito adquirido. Por isso, não precisam correr para solicitar o benefício.

Segundo especialistas em direito previdenciário, há casos em que pode ser mais vantajoso trocar as regras antigas por uma das opções previstas nas regras de transição. A questão deverá ser avaliada caso a caso.

Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), cita o exemplo real de um cliente que tem hoje 37 anos de contribuições e 58 anos e 11 meses de idade. Se der entrada no pedido de aposentadoria pelas regras atuais, com um valor previdenciário de 2,83, terá um benefício de R\$ 4.681, considerando todas as con-

tribuições pelo teto.

Com a reforma, poderá optar por uma das regras de transição, com a soma de idade e tempo de contribuição de 96 pontos, e obter um benefício de R\$ 5.025.

“Há casos em que, se aplicado o fator previdenciário hoje, a pessoa pode ter prejuízo. O seguro-fundo deve planejar antes de dar entrada na aposentadoria. Mesmo que ele não requira hoje o benefício, tem de ser mantido o direito adquirido.”

Servidor federal

SÃO PAULO | AGORA Os servidores federais terão a mesma idade mínima para pedir o benefício que os trabalhadores da iniciativa privada: 62 anos, para as mulheres, e 65 anos, para os homens.

As novas regras também vão atingir policiais federais, rodoviários federais, legislativos, agentes penitenciários federais ou socioeducativos, que terão idade mínima de 55 anos para homens e mulheres, além de ter que cumprir o tempo mínimo de contribuição de 30 anos, em ambos os casos, sendo 25 no exercício da carreira.

Para obter apoio no Congresso à PEC, o governo cedeu. Estados e municípios, por ora, ficam fora da reforma e foi criada uma regra de transição mais vantajosa para servidores públicos, policiais federais e professores.

As normas para servidores de estados e municípios dependerão da aprovação da PEC paralela e de leis próprias em estados e municípios.

Mas ainda não há calendário de votação da PEC paralela, que ainda reduz, de 20 anos para 15 anos, o tempo de contribuição exigido para que jovens que ainda vão entrar no mercado de trabalho possam se aposentar.

Trabalhador rural

Trabalhadores rurais também foram poupados da reforma da Previdência, ao contrário do que previa a versão original, enviada por Jair Bolsonaro, em fevereiro.

Eles continuam podendo se aposentar com 15 anos de contribuição à Previdência e 60 anos de idade, se homem, ou 55 anos, se mulher.

Além disso, mudanças no pagamento do BPC (benefício assistencial) a idosos carentes foram derrubadas.

Os benefícios por incapacidade, por sua vez, serão alterados. O valor passa a ser de 60% da média de todos os salários do trabalhador.

INSS

A mudança na legislação previdenciária trará novos cálculos aos benefícios do INSS. Pela nova fórmula, a regra geral diz que o trabalhador que cumprir a carência de 15 anos de contribuição e a idade mínima terá direito a uma aposentadoria com renda mensal equivalente a 60% da sua média salarial.

O benefício terá o acréscimo de 2% da média salarial para cada ano de contribuição extra. Com isso, o benefício sem desconto será possível para quem contribuir por 35 anos, se for mulher, ou por 40 anos, no caso dos homens.

Com Agora

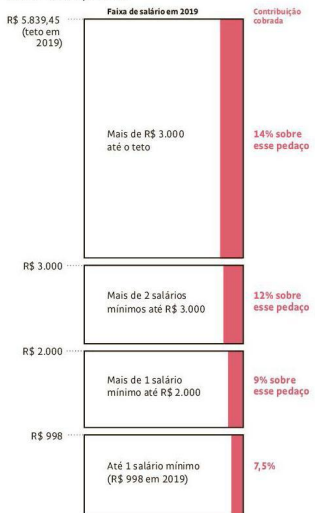
Alíquotas de contribuição

Quanto será descontado do salário?

Setor privado

Faixa salarial, em R\$	Alíquota efetiva (sobre todo o salário), em %
Até 1 salário mínimo	7,5
998,01 a 2.000	7,5 a 8,25
2.000,01 a 3.000	8,25 a 9,5
3.000,01 a 5.839,45	9,5 a 11,68

O desconto será por faixas



Veja como fica a contribuição do trabalhador a partir de fevereiro

Salário, em R\$	Alíquota, em %	Contribuição, em R\$		Diferença, em R\$	
		Atual	Nova		
998	8	7,50	79,84	74,85	-4,99
1.000	8	7,50	80	75,03	-4,97
1.100	8	7,64	88	84,03	-3,97
1.200	8	7,75	96	93,03	-2,97
1.300	8	7,85	104	102,03	-1,97
1.400	8	7,93	112	111,03	-0,97
1.500	8	8,00	120	120,03	0,03
1.600	8	8,06	128	129,03	1,03
1.700	8	8,12	136	138,03	2,03
1.751,81	8	8,15	140,14	142,69	2,55
1.800	9	8,17	162	147,03	-14,97
1.900	9	8,21	171	156,03	-14,97
2.000	9	8,25	180	165,03	-14,97
2.100	9	8,43	189	177,03	-11,97
2.200	9	8,59	198	189,03	-8,97
2.300	9	8,74	207	201,03	-5,97
2.400	9	8,88	216	213,03	-2,97
2.500	9	9,00	225	225,03	0,03
2.600	9	9,12	234	237,03	3,03
2.700	9	9,22	243	249,03	6,03
2.800	9	9,32	252	261,03	9,03
2.900	9	9,41	261	273,03	12,03
2.919,72	9	9,43	262,77	275,40	12,62
3.000	11	9,50	330	285,03	-44,97
3.100	11	9,65	341	299,03	-41,97
3.200	11	9,78	352	313,03	-38,97
3.300	11	9,91	363	327,03	-35,97
3.400	11	10,03	374	341,03	-32,97
3.500	11	10,14	385	355,03	-29,97
3.600	11	10,25	396	369,03	-26,97
3.700	11	10,35	407	383,03	-23,97
3.800	11	10,45	418	397,03	-20,97
3.900	11	10,54	429	411,03	-17,97
4.000	11	10,63	440	425,03	-14,97
4.100	11	10,71	451	439,03	-11,97
4.200	11	10,79	462	453,03	-8,97
4.300	11	10,86	473	467,03	-5,97
4.400	11	10,93	484	481,03	-2,97
4.500	11	11,00	495	495,03	0,03
4.600	11	11,07	506	509,03	3,03
4.700	11	11,13	517	523,03	6,03
4.800	11	11,19	528	537,03	9,03
4.900	11	11,25	539	551,03	12,03
5.000	11	11,30	550	565,03	15,03
5.100	11	11,35	561	579,03	18,03
5.200	11	11,40	572	593,03	21,03
5.300	11	11,45	583	607,03	24,03
5.400	11	11,50	594	621,03	27,03
5.500	11	11,55	605	635,03	30,03
5.600	11	11,59	616	649,03	33,03
5.700	11	11,63	627	663,03	36,03
5.800	11	11,67	638	677,03	39,03
5.839,45 ou mais	11	11,69	642,34	682,55	40,21

Veja como fica a contribuição para o funcionalismo

Faixa salarial, em R\$	Alíquota efetiva (sobre todo o salário), em %
Até 1 salário mínimo	7,5
998,01 a 2.000	7,5 a 8,25
2.000,01 a 3.000	8,25 a 9,5
3.000,01 a 5.839,45	9,5 a 11,68
5.839,46 a 10.000	11,68 a 12,86
10.000,01 a 20.000	12,86 a 14,68
20.000,01 a 39.000	14,68 a 16,79
Acima de 39.000	16,79 a 22

Repercussão

Jair Bolsonaro

presidente, no Twitter

Nova previdência APROVADA em segundo turno no senado. Restam 4 destaques a serem analisados. Parabéns povo brasileiro! Essa vitória, que abre o caminho para nosso país decolar de vez, é de todos vocês! O Brasil é nosso! GRANDE DIA!

em entrevista no tapão, sobre o placar da votação no Senado

Foi 60 para a gente. Não articulei nada, não sei articular. Quem articulou foi o Delegado Waldir

Davi Alcolumbre

presidente do Senado, em discurso após a votação

O Parlamento brasileiro entrega a maior reforma da previdência da história deste país para o Brasil e para os 210 milhões de brasileiros.

Major Olímpio

senador

APROVADA A NOVA PREVIDÊNCIA, O PRIMEIRO PASSO PARA O BRASIL VOLTAR A CRESCER! Parabéns Presidente @jairbolsonaro, parabéns ministro Paulo Guedes, parabéns!

João Amoêdo

presidente do Partido Novo

Nova Previdência aprovada no plenário do Senado! Falta pouco para colocarmos em prática um sistema previdenciário mais justo e sustentável. Agora serão votados os destaques. Temos que continuar nos mobilizando para evitar que o projeto seja desidratado e conceda novos privilégios.

Eduardo Bolsonaro

deputado federal

Aprovada a REFORMA DA PREVIDÊNCIA! Vale a pena comemorar porque houve muita especulação e até pessimismo sobre a governabilidade de Bolsonaro. Aprovada na Câmara com 378 votos de 513 e no Senado com 60 de 81 possíveis.

Paulo Eduardo Martins

deputado federal

Senado aprova a reforma da previdência. Uma vitória de todos os brasileiros responsáveis e comprometidos com o futuro do Brasil. O caminho do populismo é sempre mais fácil, mas o caminho da responsabilidade é o que nos leva ao correto destino.

Sâmia Bonfim

deputada federal

A reforma da previdência foi definitivamente aprovada no Congresso. O texto de Guedes e Bolsonaro se baseou na previdência do Chile, país que está em convulsão social por conta desse modelo perverso. Que nos sirva de inspiração a luta do povo chileno. A rebelião vai chegar aqui.

Thiago Montemazzo

sócio da Masson Investimentos

A aprovação da Reforma da Previdência foi muito bem vista pelo mercado, porque abre portas para outras que estão por vir. Agora, por exemplo, se espera que sejam discutidas a administrativa e a tributária e a proposta para reduzir os gastos públicos. O impacto pode ser positivo nos próximos meses.

Das agências

REPORTAGEM
redacao@redebahia.com.brPor 60 votos
contra 19, Senado
aprova reforma
da Previdência

Por 60 votos a favor e 19 contra, o Senado aprovou ontem, em segundo turno, o texto-base da reforma da Previdência apresentada pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) em março. Concluída a análise dos quatro destaques ao projeto submetido ao plenário da Casa, a proposta de emenda à Constituição (PEC) seguirá para promulgação pelo Congresso Nacional.

Entre outros pontos, o texto-base estabelece idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, tanto na iniciativa privada quanto no serviço público federal. A PEC também fixa tempo mínimo de contribuição de 15 anos (mulheres), 20 anos (homens) e 25 anos para servidores de ambos os sexos.

Professores, policiais e profissionais expostos a agentes nocivos, a exemplo dos trabalhadores da mineração, têm regras mais brandas. Quem já está no mercado de trabalho poderá escolher a mais vantajosa entre as regras de transição. Durante esse período, o tempo de contribuição permanece em 15 anos para homens e mulheres.

O texto-base também eleva o percentual de contribuição de 1.142 servidores federais que ganham acima do teto constitucional de R\$ 39 mil. Pelas novas regras, eles pagarão alíquotas crescentes, que chegam a 22% sobre a parcela que excede o limite salarial na União, assim como os beneficiários que ultrapassam o teto do INSS.

Em contrapartida, quem ganha salário mínimo (R\$ 998) terá até um alívio na contribuição para o INSS. As novas alíquotas começam a valer em 1º de fevereiro de

APROVADA!



Líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (à esq) cumprimenta o senador Jader Barbalho

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Eu quero dizer ao governo que o Congresso Nacional cumpre com seu papel. O Parlamento entrega a maior reforma da história deste país

Davi Alcolumbre
Presidente do Senado, antes de anunciar o resultado da votação

2020. As novas normas não valerão para os servidores estaduais municipais com regime próprio de Previdência, uma vez que a Câmara retirou governos e prefeituras da reforma. No entanto, o governo tenta aprovar uma PEC paralela para reincluir os demais entes federativos.

IMPACTO

De acordo com cálculos do Planalto, a reforma garante uma economia de aproximadamente R\$ 800 bilhões em dez anos. Em um único ano, o governo gasta o equivalente a dez orçamentos anuais do Bolsa Família para cobrir o buraco no regime previdenciário. Para a equipe econômica, a proposta não extinguirá o rombo, mas impedirá que ele continue crescendo.

Por se tratar de emenda à Constituição, a proposta precisou ser submetida a dois turnos de votação e ter o

apoio mínimo de 49 dos 81 senadores. No primeiro turno, a PEC foi aprovada por 56 votos a 19. Anteriormente, a matéria havia passado pela Câmara dos Deputados com folga nas duas etapas.

REPERCUSSÃO

Antes de divulgar o resultado da votação, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), mandou um recado ao Planalto. "Eu quero dizer ao governo que o Congresso Nacional cumpre com suas responsabilidades. O Parlamento entrega a maior reforma da Previdência da história deste país", disse Alcolumbre, que destacou a participação do Executivo e dos senadores, inclusive os de oposição, para dar andamento à proposta.

Presente no plenário da Casa, o ministro da Economia, Paulo Guedes, comemorou o resultado e disse esperar a mesma boa vontade

do Congresso Nacional com outras reformas que estão sendo preparadas pela sua equipe. "Estamos muito felizes. Agora, vamos para o pacto federativo, com várias dimensões", afirmou, ao pedir que o Legislativo aprove também a PEC paralela para incluir estados e municípios nas novas regras.

Até o fechamento desta edição, o Senado havia rejeitado dois destaques ao texto-base (veja mais no quadro ao lado). Dos 60 votos favoráveis, a maioria veio de partidos como DEM, Podemos, PSD, PP, PL, PSL, PSDB e MDB, legenda do líder do governo na Casa, Fernando Bezerra Coelho (PE). PT, PDT, Rede e PSB ficaram contra a proposta. Entre os parlamentares balanos, Jaques Wagner (PT) e Otto Alencar (PSD) votaram de forma contrária, enquanto Angelo Coronel (PSD) foi favorável.

DESTAQUES REJEITADOS PELO PLENÁRIO

1

APOSENTADORIA POR INSALUBRIDADE

O SENADO REJEITOU DESTAQUE DO PSDS QUE TENTAVA GARANTIR APOSENTADORIA ESPECIAL PARA TRABALHADORES QUE COMPROVAREM TEMPO DE SERVIÇO POR INSALUBRIDADE. A TENTATIVA CAIU POR 57 VOTOS A 19.

2

REGRAS DE TRANSIÇÃO MAIS SUAVES

OS SENADORES DERUBOU TAMBÉM UMA SUGESTÃO DO PDT PARA SUAVIZAR AS REGRAS DE TRANSIÇÃO NA REFORMA. NOS CÁLCULOS DA EQUIPE ECONÔMICA, O IMPACTO DA MUDANÇA SERIA DE R\$ 148,6 BILHÕES EM DEZ ANOS.

3

PROPOSTAS PENDENTES DE ANÁLISE

O PRESIDENTE DO SENADO, DAVI ALCOLUMBRE, ADIOU PARA HOJE A VOTAÇÃO DOS DOIS ÚLTIMOS DESTAQUES UM DELES QUER APOSENTADORIA ESPECIAL PARA TRABALHADORES EM ATIVIDADES COM GRAU DE PERIGO, COMO VIGILANTES.

Bolsa bate recorde e fecha aos 107 mil pontos

A expectativa de aprovação da reforma da Previdência, após oito meses de tramitação, levou a bolsa a bater novo recorde ontem e a uma valorização do real. O Ibovespa, principal índice da B3, subiu 1,28% e fechou a 107,4 mil pontos, enquanto o dólar caiu 1,34%, para R\$ 4,07 (balcão).

Embora a conclusão da reforma já fosse dada como certa, a sua materialização foi considerada uma espécie de sinal verde para o retorno do investidor estrangeiro, que há tempos tem se afastado do mercado brasileiro.

Sob o argumento de incerteza quanto ao andamento dos esforços fiscais no País, a saída de recursos externos na B3 soma R\$ 32,3 bilhões no acumulado do ano.

Os ganhos do Ibovespa foram sustentados principalmente pelas ações do setor financeiro, que terminaram o dia com alta de 2,14%.

Outro importante destaque foi a Petrobras. A empresa se beneficiou de um conjunto de fatores, como a alta do petróleo, o reajuste dos preços do gás e a expectativa otimista quanto ao resultado trimestral da estatal,

MERCADO

1,28%

foi a valorização registrada ontem pelo Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira

1,34%

foi a queda do dólar no fechamento do pregão de ontem. A moeda americana (balcão) foi cotada a R\$ 4,07

que será divulgado amanhã.

No meio da tarde, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou relatório do projeto de lei em que o governo solicita a abertura de crédito de R\$ 40,5 bilhões, para, entre outras destinações, a União pagar à Petrobras os valores correspondentes à revisão do acordo do contrato de cessão onerosa. Com isso, as ações da petroleira subiram 3,06% (com direito a voto) e 2,88% (sem direito).

Com o cenário doméstico otimista, o mercado brasileiro deixou em segundo plano a influência internacional. As bolsas de Nova York, que vinham oscilando em alta, perderam fôlego e migraram para o terreno negativo após nova derrota do primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, em votação do Brexit no Parlamento.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A Previdência sempre será uma reforma difícil. E está condenada a ser feita e refeita. Todos os últimos quatro presidentes levaram ao Congresso propostas de mudanças. A atual reforma, cuja votação terminou nesta terça-feira, perdeu na tramitação em torno de 40% do ajuste que pretendia, mas ainda é a mais ampla já feita no Brasil. A primeira que consegue nos tirar do pequeno grupo de países que ainda não tem idade mínima de aposentadoria. A primeira que muda o INSS e a previdência dos servidores federais ao mesmo tempo.

Dos valores que perdeu na tramitação, alguns foram para melhorar o texto. A proposta de que só aos 70 anos a pessoa idosa, miserável, recebesse um salário mínimo era definitivamente muito ruim. Hoje, até na equipe econômica se admite isso. A Câmara, portanto, fez bem de derubar a mudança no Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Várias alterações atenderam aos lobbies. Uma delas protegeu os protegidos, os servidores que têm mais de 16 anos de casa, ou seja, entraram no Setor Público Federal antes da reforma do ex-presidente Lula, em 2003. Eles já têm privilégios, como o

direito de se aposentar com o último salário e de receber todos os aumentos da sua categoria da ativa. O governo propôs, então, regras de transição mais duras. Esse pedágio foi suavizado na Câmara. Não faz sentido nenhum isso. Parte desse grupo tem salários que são várias vezes o teto do INSS. No último minuto, o PDT tentou mais uma vez ajudá-los, propondo tirar todos esses servidores das regras de transição da reforma. Teve o apoio de toda a esquerda. Foi derrotado.

O curioso nessa reforma foi o comportamento do presidente que a enviou. Jair Bolsonaro não articulou sua aprovação, não participou das difíceis negociações. Ele apenas a entregou ao Congresso e lavou as mãos. Se ela foi adiada foi graças a alguns dedicados integrantes da equipe econômica, às presidências da

Câmara e do Senado e aos relatores. Na única vez em que atuou diretamente, ligando para pedir algo aos parlamentares, foi contra o espírito da sua própria reforma, e a favor de mais benefícios ao grupo que já tem a idade mínima mais baixa, a dos policiais federais. O senador Major Olimpio exaltou o presidente e garantiu que há unidade entre Bolsonaro e o PSL. É o oposto. A Previdência foi aprovada, a despeito de Bolsonaro, que criou conflito durante todo o tempo, inclusive com o próprio partido.

O maior dos erros da tramitação foi retirar os estados e os municípios. A discussão mostra a visão curta dos parlamentares. Como eles acham que isso poderia facilitar a vida dos governadores que fizeram oposição, ou não se mobilizaram pela reforma, decidiram retirar do texto. O problema que nos trouxe a esta penosa reforma não é federal apenas. É de todos os entes da Federação. O desequilíbrio que compromete a capacidade de o governo investir é de todo o país.

A oposição não foi capaz de atualizar seu pensamento sobre contas públicas e repetiu o mesmo clichê de sempre, de que estava defendendo os pobres e os trabalhadores. A Previdência tem dois problemas: tem rombo e é injusta. A esquerda por vocação deveria ser contra os privilégios, mas

quando o assunto é a reforma da previdência ela entra nessa aguda contradição. Defende aqueles que ganham mais e se aposentam mais cedo. Alguns parlamentares da oposição pagaram um preço alto por terem votado pela reforma.

O ministro Paulo Guedes estava na mesa do Senado quando a reforma foi aprovada. Tinha o semblante de vitorioso, mas ele perdeu sua principal aposta. Guedes queria a aprovação do modelo de capitalização. E o Congresso o derrubou. A capitalização pode ser uma boa alternativa, desde que se conheçam os parâmetros. A proposta, contudo, era um cheque em branco: dava ao governo o direito de criar o modelo. O Chile que está nas ruas tem na sua lista de protestos a previdência que eles consideram injusta. A mesma que Guedes tem como modelo. A capitalização lá foi imposta aos civis por uma ditadura. Os militares chilenos criaram para si outro sistema. A proposta agora no Brasil pode até ser boa, mas terá que passar pelo crivo do Congresso. A democracia dá muito trabalho, não é perfeita, exige contínuos aperfeiçoamentos, mas é o único regime no qual vale a pena viver.

O CONGRESSO DERRUBOU PONTOS RUINS, CEDEU AOS LOBBIES, MAS APROVOU A MAIS AMPLA REFORMA DA PREVIDÊNCIA JÁ FEITA NO PAÍS

Tribuna

Senado aprova texto da reforma da Previdência por 60 votos a 19

IDIANA TOMAZELLI E DANIEL WETERMAN
ESTADÃO CONTEÚDO

Após anos de tentativas empreendidas por diferentes governos, o Congresso Nacional aprovou a criação de uma idade mínima para aposentadoria no Brasil. A mudança retira o País de um grupo restrito de nações que ainda permite a concessão do benefício considerando apenas o tempo de contribuição, característica que, segundo a área econômica, privilegia trabalhadores de maior renda. A proposta garante uma economia de R\$ 800,3 bilhões em 10 anos, caso o Congresso rejeite os quatro pedidos de

mudança feitos diretamente no plenário do Senado. A votação do texto-base em segundo turno no Senado teve 60 votos a favor e 19 contra. A aprovação final da proposta ocorre oito meses após o envio formal do texto ao Parlamento. A minuta da reforma foi antecipada no início de fevereiro pelo Grupo Estado.

A batalha, porém, começou em gestões anteriores. O País esteve perto de aprovar uma idade mínima para todos os trabalhadores no governo Fernando Henrique Cardoso, mas não conseguiu por uma diferença de apenas um voto. Com o agravamento das contas públicas e o aprofundamento do déficit da Previdência, o governo Michel Temer apre-

sentou uma ampla proposta de reforma em dezembro de 2016. A articulação, porém, naufragou diante das denúncias contra o agora ex-presidente. Neste ano, a previsão é que o déficit do INSS e dos regimes próprios de servidores federais civis e militares chegue a R\$ 292 bilhões.

Em único ano, o governo precisa gastar o equivalente a dez orçamentos anuais do Bolsa Família para cobrir o rombo nas aposentadorias e pensões. Segundo a equipe econômica, a reforma aprovada não vai acabar com o rombo, mas estancará o processo de aumento do rombo. Ela prevê que novos trabalhadores só poderão se aposentar com idades de 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens),



APÓS anos de tentativas empreendidas por diferentes governos, o Congresso Nacional aprovou a criação de uma idade mínima para aposentadoria no Brasil

tanto na iniciativa privada quanto no setor público federal, com tempo mínimo de contribuição de 15 anos (mulheres), 20 anos (homens) e 25 anos para servidores de ambos os sexos. Professores, policiais e profissionais expostos a agentes nocivos (como quem trabalha na mineração) têm regras mais brandas.

Quem já está no mercado de trabalho poderá escolher a mais vantajosa entre as regras de transição. Durante esse período, o tempo

mínimo de contribuição permanece em 15 anos para homens e mulheres. Além de aumentar o tempo para se aposentar, a reforma também eleva as alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS. Os 1.142 servidores federais que ganham acima do teto remuneratório de R\$ 39 mil, por exemplo, pagarão alíquotas crescentes, que chegam a 22% sobre a parcela que excede o limite salarial na União. Em contrapartida, quem ganha

um salário mínimo (R\$ 998) terá até um alívio na contribuição para o INSS. As novas alíquotas começam a valer em 1º de fevereiro de 2020. As novas normas não valerão para os servidores estaduais e dos municípios com regime próprio de Previdência, uma vez que a Câmara retirou os governos regionais do alcance das novas regras. O governo ainda tenta aprovar uma mudança constitucional "paralela" para reincluir Estados e municípios.

FOLHA DE S.PAULO

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Contas melhores

Receita atípica e juro baixo favorecem resultado do Tesouro, mas não permitem deixar controle de gasto

Perto do final de um ano em que severas restrições orçamentárias se misturaram a conflitos políticos, o governo Jair Bolsonaro (PSL) pode apresentar progressos no ajuste das contas do Tesouro Nacional.

Nem de longe se eliminou o desequilíbrio entre as despesas da máquina pública e as receitas, como havia prometido, sem nenhum conhecimento de causa, o ministro Paulo Guedes, da Economia. Mas o déficit tende, de fato, a ficar substancialmente abaixo do previsto.

Em vez dos R\$ 139 bilhões fixados como meta para a administração federal, trabalha-se agora com valores abaixo dos R\$ 100 bilhões. De cerca de R\$ 33 bilhões em gastos bloqueados por falta de arrecadação, quase a metade já foi liberada.

De imediato, a relativa melhora reduz pressões sobre o Executivo. Há mais recursos para as demandas de parlamentares; graças a remanejamentos, o MEC recompôs as verbas das universidades federais — cujo contingenciamento, acompanhado de declarações hostis, motivou protestos de rua contra a gestão Bolsonaro.

Entretanto os resultados menos ruins não asseguram alguma folga no caixa nos próximos anos. Eles se devem, basicamente, à expectativa de receitas extraordinárias com leilões de petróleo. Não será possível, portanto, contar com novos ganhos dessa natureza.

Há, de todo modo, uma perspectiva mais favorável para a evolução da dívida pública — quanto menor o déficit orçamentário, me-

nor o crescimento da dívida, que se aproxima do equivalente a 80% do Produto Interno Bruto.

Mais importante, a queda dos juros vem reduzindo as despesas financeiras do governo, que andaram na casa de 7% do PIB e hoje estão pouco acima dos 4%.

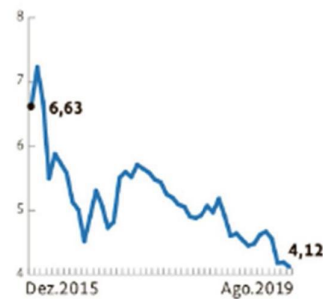
Ainda assim, estabilizar o endividamento levará tempo. Nos cálculos da Instituição Fiscal Independente, vinculada ao Senado, isso não acontecerá muito antes de meados da próxima década.

Até lá, os gastos devem permanecer sob rígido controle, até que o crescimento da economia e da arrecadação tributária equilibrem gradualmente as contas.

A melhor maneira de mitigar os sacrifícios no período será conter despesas obrigatórias, em especial com aposentadorias e salários elevados, de modo a abrir espaço para educação básica, saúde, assistência e outras prioridades.

Gasto federal com juros cai

Em 12 meses, % do PIB



Fonte: Banco Central

Aéreas fazem acordos para reduzir ICMS do querosene

Em 2019, Gol, Latam e Azul negociaram benefícios em 12 Estados

Por Cibelle Bouças — De São Paulo

23/10/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

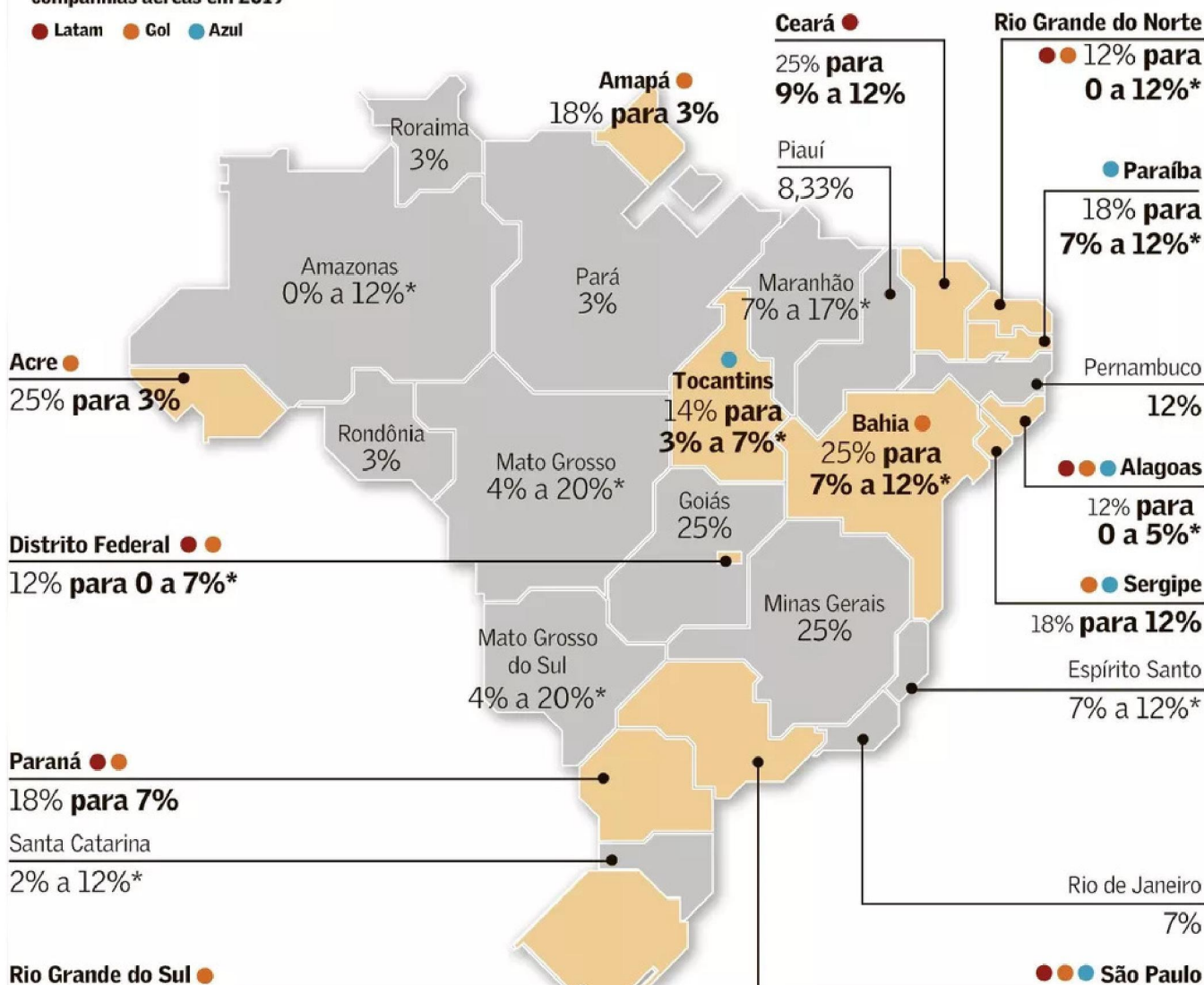
Negociação direta

Acordos entre empresas aéreas e Estados reduziram o ICMS sobre o combustível de aviação neste ano

Estados que fizeram acordos com companhias aéreas em 2019

Alíquotas em vigor

● Latam ● Gol ● Azul



18% para 2% a 12%*

25% para 12%

30% é o quanto o querosene de aviação representa, em média, nos custos das companhias aéreas no Brasil. No mundo, a média está entre 20% e 22%

Fontes: Empresas, Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas), Mattos Filho. *Percentual depende das condições do acordo, como número de voos adicionais, por exemplo

As companhias aéreas reforçaram neste ano as negociações diretas com governos estaduais para ampliar a oferta de voos, em troca da redução na alíquota do ICMS sobre o querosene de aviação (QAV). Até agora, Gol, Latam e Azul fecharam acordos com 12 Estados e o Distrito Federal.

Neste momento, companhias negociam a ampliação da oferta de voos no Rio de Janeiro, que aprovou em julho a redução na alíquota de ICMS de 12% para 7%.

O fim da cobrança do ICMS sobre o combustível de aviação é uma demanda antiga do setor. “O Brasil é o único país que fixa um tributo regional sobre o querosene de aviação. Isso faz com que os custos do combustível no país correspondam a cerca de 30% dos custos do transporte aéreo. No mundo, a média é de 20% a 22%”, comparou Eduardo Sanovicz, presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear). A entidade representa Gol, Latam, Latam Cargo, Boeing, MAP Linhas Aéreas, Passaredo e TwoFlex.

Em um Estado onde a alíquota de ICMS sobre o querosene de aviação é 25%, o imposto representa 7,5% do custo total do transporte aéreo. Em São Paulo, onde a alíquota foi reduzida de 25% para 12%, o custo das aéreas com o tributo caiu pela metade.

As empresas não divulgam quanto já economizaram com a redução na carga tributária. Mas todas garantem que o efeito em custos é direto. Juntas, Gol, Latam e Azul registraram no primeiro semestre gastos de R\$ 7,19 bilhões com combustíveis, aumento de 19% sobre o desembolsado nos seis primeiros meses de 2018.

“O ICMS do combustível chega a representar 8% dos nossos custos em algumas localidades. Portanto, qualquer redução nesse custo tem um impacto tremendo”, disse Marcelo Bento, diretor de relações institucionais da Azul. O executivo estima que a redução do ICMS sobre o querosene de aviação pode gerar uma queda de 2% nos custos do transporte.

No primeiro semestre, a Azul registrou despesa com querosene de aviação de R\$ 1,44 bilhão, com alta de 26,5% em relação ao mesmo intervalo de 2018. Esses gastos representaram 32,2% das despesas operacionais da companhia.

Neste ano, a Azul fechou acordos com São Paulo, Tocantins, Sergipe, Alagoas e Paraíba. Como contrapartida, anunciou a criação de 250 partidas semanais em São Paulo, 21 voos semanais na Paraíba, 5 em Alagoas, 5 em Sergipe e 1 em Tocantins.

A Gol, por sua vez, fechou acordos com São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe e Alagoas, Amapá, Acre e Distrito Federal. Em contrapartida, anunciou a criação de 32 novos voos semanais em São Paulo, 350 voos em Alagoas na alta temporada (a partir de dezembro), 5 voos a mais em Sergipe por semana e 230 na alta temporada, 96 em Natal, 55 na Bahia, 28 no Rio Grande do Sul e 55 no Paraná.

A Gol tem um gasto anual com querosene de aviação entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4 bilhões. “O custo com querosene de aviação representa de 35% a 40% do nosso custo. A redução no ICMS é um custo valioso a ser trabalhado”, disse Claudio Borges, diretor de relações institucionais da Gol.

No primeiro semestre, os gastos da companhia com o combustível somaram R\$ 1,97 bilhão, com alta de 17,6% em relação ao mesmo intervalo de 2018. Os desembolsos com ICMS sobre o querosene somaram R\$ 300,5 milhões, 16,3% mais que um ano antes. Os gastos com o tributo representaram 5,4% dos custos e despesas operacionais totais da Gol no primeiro semestre deste ano, ante 5,7% no mesmo período de 2018.

A Latam não divulga o seu custo médio com ICMS sobre o querosene de aviação. De acordo com o balanço da companhia, no primeiro semestre, os gastos com combustíveis no mundo cresceram 4,6%, para US\$ 1,47 bilhão. Esses custos representaram 30,8% das despesas operacionais, ante 29,5% no primeiro semestre de 2018.

Neste ano, a Latam fez acordos com os Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraná, Distrito Federal, Ceará e São Paulo. Em contrapartida, a empresa adicionou 78 voos semanais em São Paulo, 8 em Alagoas, 13 no Rio Grande do Norte, 35 em Fortaleza e 70 no Paraná. No Distrito Federal, a Latam anunciou a ampliação em 8% da oferta de assentos em Brasília e o lançamento de três rotas internacionais.

A companhia informou, em comunicado, que “mantém diálogo aberto com todos os Estados brasileiros e implementa oportunamente novas contrapartidas para aderir ou seguir aderindo aos benefícios fiscais anunciados por cada unidade federativa”.

As alíquotas de ICMS sobre o querosene de aviação são definidas por cada Estado. Pela legislação, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) estabelece um piso e um teto para essas alíquotas, que atualmente fica entre 12% e 25%. Quando um Estado decide adotar percentuais fora dessa faixa, é preciso obter aprovação dos demais governos no Confaz.

As empresas negociam individualmente com os Estados já há alguns anos. A Azul começou a negociar benefícios fiscais em 2012 e atualmente, tem acordos com 22 Estados. A Latam começou em 2013 e hoje mantém acordos com 12 unidades da federação. A Gol começou a fazer negociações do tipo em 2014. A empresa não informou quantos estão vigentes.

Neste ano, segundo fontes do setor aéreo, houve uma aceleração nessas negociações entre as companhias e os Estados, devido à demora do Confaz em

aprovar a revisão nas tarifas. Em julho, o Confaz autorizou a redução do ICMS do querosene de aviação para 3% nos Estados da região Norte; 7% no Centro-Oeste, Nordeste, Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal; e 10% em São Paulo.

Na visão da Abear, a redução do ICMS sobre o combustível de aviação tem sido a política mais eficaz para estimular o aumento na oferta de voos e rotas no país. “Em todos os Estados onde foram fechados acordos do tipo a oferta de voos aumentou, sejam voos dentro do próprio Estado, como no Rio Grande do Sul e em São Paulo, sejam voos internacionais, como em Pernambuco e Ceará, ou voos entre os Estados”, afirmou Sanovicz.

Adriana Simões, especialista no setor aéreo e sócia do escritório Mattos Filho Advogados, ponderou que a redução do ICMS sobre o combustível ajuda a melhorar a competitividade das empresas aéreas brasileiras, que tiveram prejuízos bilionários em anos recentes. A mudança também pode favorecer a entrada de empresas ‘low cost’ no mercado doméstico.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sofá 4 Lugares Net Comfort Assento Retrátil e Reclinável - 2,20m

R\$ 899,99 - CASASBAHIA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Vestido Bailarina Rosa Bichinho Chic

R\$ 31,50 - COBASI.COM.BR

LINK PATROCINADO

Comidinha - Saint Peter com legumes na moranga

R\$ 19,90 - GOURMETZINHOCOMIDINHAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Lançamento Xiaomi Redmi 7a 32gb Dual Global 4000mah 13mpx

A PARTIR DE R\$ 589,80 - MERCADOLIVRE.COM.BR

LINK PATROCINADO

Por R\$649 ou